

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

63

JULHO – SETEMBRO
1991

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	800\$00	1.500\$00
Outros países estrangeiros	1.000\$00	1.750\$00
Este número	250\$00	—

63

JULHO — SETEMBRO

ANO XVI

Apresentação

As Ordenações

Presidência Litúrgica

XVIII Encontro Nacional

Curso de Música Litúrgica

Ordenamento das Leituras da Missa

José Ferreira

Ghislain Pinckers

Este nosso número do Boletim sai da rotina habitual e privilegia apenas dois grandes assuntos: as Ordenações e a Presidência Litúrgica.

Tal privilégio supõe, antes de mais, o reconhecimento da importância destes dois temas e da sua actualidade pastoral.

Não há um tempo exclusivo para as Ordenações do Bispo, do Presbítero e do Diácono. Efectivamente o Código de Direito Canónico (cân. 1010) estabelece a este respeito: "Celebre-se a ordenação dentro da Missa, em dia de Domingo ou de festa de preceito; mas, por motivos pastorais, pode também celebrar-se em outros dias, sem excluir os feriais".

No entanto, por motivos pastorais óbvios (fim do curso e proximidade da entrada ao serviço eclesial no princípio de novo ano pastoral) é no verão que se celebra a maior parte das ordenações sacerdotais.

As Ordenações ainda a efectuar, ou recentemente efectuadas, e o início da actividade pastoral dos novos sacerdotes dão ao artigo do Cón. José Ferreira uma indiscutível oportunidade.

De resto, o interesse deste artigo não consiste apenas na sua actualidade, mas também — e acima de tudo — na objectividade, competência e inspiração com que foi pensado e redigido. É um estudo sério do tema e foi enriquecido pelo modo peculiar do seu autor, a quem não escapa o gosto da sapiência nem o mistério da poesia das celebrações litúrgicas.

A presidência litúrgica é encarada e desenvolvida neste documento, que foi preparado na última reunião europeia dos Secretários Nacionais da Liturgia, que se realizou no ano passado em Bruges. A sua redacção foi confiada ao Presidente do bureau desta associação, Ghislain Pinckers, e recebeu a colaboração e o parecer favorável do conjunto dos Secretários europeus.

A publicação deste documento na revista NOTITIAE editada pela própria Congregação do Culto Divino garante, só por si, o interesse e a actualidade do seu conteúdo.

Constitui um apelo às Conferências episcopais da Europa e a todos os responsáveis pela formação litúrgica. A razão principal deste apelo parte da verificação objectiva de que na Europa, em geral, ou não há formação para a presidência litúrgica, ou ela é muito rudimentar e insuficiente.

As respostas ao inquérito, que abrangia os principais aspectos da presidência litúrgica, permitem avaliar com bastante rigor a situação existente nos diversos países europeus.

Não se trata apenas de uma preparação técnica para presidir, que, apesar de quase inexistente, seria fácil de programar, mas, acima de tudo, de uma formação de qualidade para a presidência litúrgica.

Tudo parte da assembleia litúrgica, que é o primordial sujeito da celebração e o maior sinal da presença de Cristo na sua Igreja. As outras manifestações de Cristo na Igreja são a proclamação da Palavra, a celebração eucarística e a presidência ministerial, como se sabe.

A experiência mais elementar mostra que, entre nós, a presidência litúrgica ou não é encarada com a profundidade que merece, ou é exercida como muita improvisação à mistura.

Os leigos são chamados, cada vez mais, a presidir a certas celebrações do Povo de Deus, como, por exemplo, nas assembleias dominicais na ausência do presbítero. Em terminologia mais correcta, são designados como "moderadores", mas a sua função, nalguns casos, é mesmo de conduzir a celebração e de velar pelo equilíbrio dos seus elementos e dos papéis de cada um.

Abrangendo também os leigos, este documento é de interesse geral e, certamente, será lido e estudado por todos os nossos leitores.

As Ordenações

Chegados ao fim do ano escolar, é a altura em que habitualmente os candidatos às Ordens Sacras nelas são constituídos pelo rito chamado a Ordenação. Terminaram a sua preparação académica, estão agora mais livres para a última preparação espiritual durante alguns dias de retiro e, celebrando-se, nesta altura, a Ordenação, eles ficam assim aptos a poderem entrar em serviço no início do próximo ano pastoral no fim das férias do verão. Este parece ter sido já o critério seguido na antiga Roma para a data das Ordenações, nesse tempo nas Têmporas de Dezembro, que ocorriam não longe do início do ano civil.

1. O Vocabulário e a sua significação: Ordem, Ordenação, Ordenar ¹

Ordem

A palavra latina *ordo* tem, na origem, como sempre acontece, significação material, e significa *ordem, renque, fileira*, determinada *maneira de dispor* as coisas, como se pode ler no verso do poeta: "*Pone ordine vites*, põe as videiras em linha" ² Mas logo significou também determinado *grupo, categoria, condição, classe* de pessoas, como ainda hoje dizemos: *Ordem* dos advogados, dos médicos, dos engenheiros, etc. A palavra, que, na antiguidade latina, não tinha conotação religiosa, não teve dificuldade em ser adoptada pelos cristãos para significar a situação específica dos membros do clero dentro do povo de Deus. E assim, desde o século IV, eles são designados pelo próprio direito imperial como *ordo ecclesiasticus*, o *ordo* da Igreja. Aplicado assim o termo ao conjunto dos que detinham na Igreja a condução do povo de Deus, os pastores, não foi difícil aplicá-lo a cada um dos diferentes graus da hierarquia e falar-se da *Ordem dos Bispos*, da *Ordem dos Presbíteros*, da *Ordem dos Diáconos*, como chegou até nós. Esta significação, se bem que nem sempre presente no espírito das pessoas quando falam

das Ordens Sacras, continua a ser verdadeira, e pode encontrar até certas manifestações em momentos privilegiados, como no Sínodo dos Bispos, na assembleia do Conselho presbiteral, e sobretudo na celebração litúrgica, onde é manifesta a situação específica de cada uma das três Ordens, desde a função que desempenham até ao lugar que ocupam na assembleia.

Ordenação

Ordenação é um termo activo, significa uma acção, a acção pela qual alguém é introduzido em determinada Ordem. De facto, na Ordenação não se trata tanto de receber uma Ordem, como de ser introduzido e recebido numa Ordem. E dado que as Ordens eclesásticas não se destinam a meras funções administrativas, mas ao exercício da própria missão pastoral do Senhor Jesus no meio do seu povo, e ainda porque as suas funções se exercem, no grau mais alto, no ministério litúrgico, a entrada nas diversas Ordens não se fará por simples *nomeação*, diria burocrática, mas exige uma *consagração*, que se faz num *acto litúrgico*. É a esse acto que se chama *Ordenação*. A Ordenação é a celebração do Sacramento da Ordem, que o Código de Direito Canónico assim apresenta: "Pelo sacramento da Ordem, alguns de entre os cristãos são, por instituição divina, marcados com um carácter indelével e, por ele, constituídos ministros sagrados, e são consagrados e deputados para que, cada qual no seu grau, desempenhando as funções de Cristo Cabeça de ensinar, santificar e reger, apascentem o povo de Deus" (c. 1008).

Os Preliminares do novo Pontifical das Ordenações dizem mais resumidamente, apoiando-se na Constituição conciliar *Lumen Gentium* (cf. n. 28), que "pela sagrada Ordenação alguns fiéis são instituídos em nome de Cristo e recebem o dom do Espírito Santo para apascentarem a Igreja pela palavra e pela graça de Deus"³.

Ordenar

É este o termo que correntemente se usa para significar presidir à celebração da Ordenação. A perspectiva antiga de *entrar e ser recebido* numa das Ordens, de que acima se falou, foi deixando de estar sempre presente em quem fala de Ordenações, e passou a dizer-se *ordenar e dar* ou *conferir* Ordens e, conseqüentemente, a dizer-se também *pedir e receber* Ordens, falando-se do candidato.

Logicamente, ao que preside à Ordenação chamar-se-á *orde-*

nante, mesmo que se trate da Ordenação de um Bispo, que se digna também por *Ordenação*, e não já, como anteriormente, por *sagração*; e daquele a quem é conferida a Ordem diz-se que é *ordenado*. É esta também a linguagem constante de todo o ritual da Ordenação presente no Pontifical Romano.

2. Reformas recentes dos ritos das Ordenações

Antes da renovação dos ritos, que sofreram nos últimos tempos várias modificações, foi a própria concepção da Ordem que viu, já neste século, reposta na sua devida perspectiva a que vinha sendo desde as suas origens, mas que, no andar dos tempos, se tinha tornado menos transparente e, por isso, menos bem compreendida.

Já em 1944, Pio XII reviu certa terminologia em uso no Pontifical Romano, como a que designava os Bispos que acompanham a ordenante principal na ordenação de um Bispo; eles passaram a ser chamados consagrantes, e não já assistentes, como anteriormente se dizia. Agora, a última reforma evita até aquela terminologia. Eles são, na realidade, verdadeiros concelebrantes, em conformidade com a indicação do Pontifical: "Segundo tradição vinda desde os tempos antigos, na celebração da Ordenação, o Bispo ordenante principal deve juntar a si pelo menos mais dois Bispos".⁴

Em 1947, pela célebre Constituição Apostólica *Sacramentum Ordinis*, ainda o mesmo Papa Pio XII esclareceu quais eram os elementos essenciais da Ordenação do Bispo, do Presbítero e do Diácono, que são, como sempre foram, a imposição das mãos e a oração que a acompanha. E recorda ainda certas perspectivas doutrinárias que virão a encontrar expressão mais desenvolvida no Concílio Vaticano II, sobretudo ao falar-se da colegialidade, como sejam: as Ordens só se podem compreender cabalmente integradas no mistério da Igreja; o episcopado é verdadeiro sacramento, e o rito que cria o Bispo, uma verdadeira Ordenação, e não apenas uma sagração do tipo da sagração dos reis, como anteriormente o poderia sugerir o lugar que esse rito ocupava no Pontifical desde a Idade Média, ou seja, a seguir àquela e separada das restantes Ordenações; a Ordenação do Bispo faz dele membro do colégio episcopal, sucessor e continuador do colégio dos Apóstolos; a Ordenação do presbítero torna-o membro do presbitério, o colégio dos cooperadores da Ordem episcopal, a que o Bispo preside; episcopado e presbiterado são duas Ordens sacerdotais, dois graus diferentes do sacerdócio ministerial ou do ministério sacerdotal, o que é o mesmo; o

diaconado não é Ordem sacerdotal, mas ministerial, no sentido estrito de ministério, segundo o antigo esclarecimento de S. Hipólito: "O diácono é ordenado não para o sacerdócio, mas para o ministério do Bispo, para fazer o que este lhe indicar";⁵ o diaconado não é, em si, um passo para o presbiterado, embora, na disciplina actual, todo o que vier a ser ordenado presbítero tenha de ter estado previamente na Ordem dos diáconos; o diaconado pode, por isso, ser um ministério permanente, como, de novo, está a acontecer em toda a Igreja.

Em 1972, Paulo VI completou esta restauração: foi suprimida a Ordem do subdiaconado e o que até então se chamou Ordens Menores. Destas, umas foram suprimidas, como o ostiariado e o exorcistado; as outras passaram a chamar-se simplesmente ministérios e não já ordens, e são o acolitado e o leitorado. Estes ministérios não são objecto de Ordenação, mas somente de Instituição. E, pela própria natureza das coisas, estes ministérios não devem ser conferidos juntamente com as Ordenações.

Estes princípios, aqui enumerados um pouco a esmo, muitos deles de ordem doutrinal, determinaram formulações de ordem jurídica e sobretudo litúrgica, que levaram necessariamente à revisão dos ritos e do respectivo livro litúrgico que os orienta, um sector do Pontifical Romano, o ritual das Ordenações.

Foi assim que, logo a seguir ao Concílio, em 1968, apareceu o volume intitulado, em português, *Ordenação de Diácono, Presbítero e Bispo* ⁶. Este volume contém exclusivamente, pelas razões atrás expostas, os ritos das Ordenações, não os das Instituições; estes apareceram posteriormente num fascículo à parte em 1972 ⁷.

"Agora, porém, (em 1989), tendo em conta a experiência resultante da reforma litúrgica, pareceu oportuno preparar uma segunda edição típica, que, em relação à primeira, contém entre outros os seguintes elementos peculiares:

1. À semelhança dos outros livros litúrgicos, esta edição foi enriquecida com Preliminares, onde se expõe a doutrina do sacramento e se apresenta com mais clareza a estrutura da celebração.

2. Alterou-se a distribuição do livro, para que, começando pelo Bispo, o qual possui a plenitude da sagrada Ordem, se compreenda melhor o modo como os presbíteros são os seus colaboradores e os diáconos são ordenados para o serviço do Bispo.

3. Na Oração de Ordenação quer dos presbíteros quer dos diáconos, as palavras que pertencem à essência do rito e que por tal

motivo são exigidas para a validade do acto permanecem as mesmas. Certas locuções, porém, foram mudadas, acrescentando-se algumas expressões tiradas do Novo Testamento, de modo que a oração possa manifestar com mais clareza aos eleitos e aos fiéis a noção do presbiterado e do diaconado que têm a sua origem em Cristo Sacerdote.

4. Os ordinandos de presbítero são interrogados, de modo mais explícito, acerca do exercício do ministério da reconciliação e da celebração da Eucaristia.

5. O rito da aceitação do celibato sagrado... passa a inserir-se na Ordenação dos diáconos. Por mandato especial do Papa João Paulo II a disciplina foi alterada, de modo que, a partir de agora, mesmo os eleitos que emitem votos perpétuos num Instituto Religioso são obrigados, na própria Ordenação de diáconos, a abraçar o celibato sagrado como propósito específico ligado por direito à Ordenação.

6. De igual modo, os membros dos Institutos de vida consagrada passam a ser também interrogados, na ordenação para o diaconado e o presbiterado, acerca da reverência e obediência ao Bispo diocesano para favorecer a unidade de todos os clérigos em cada Igreja"⁸.

Embora talvez um tanto fastidiosa esta enumeração de algumas das características da nova edição do rito das Ordenações, extraídas do Decreto da Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos que a preparou, pareceu ser ela um resumo claro e sucinto que pode facilitar depois a compreensão dos ritos e das modificações que eles sofreram.

3. As Ordens no mistério da Igreja

As Ordens sacras só podem entender-se correctamente situando-as no próprio mistério da Igreja. Se se perder esta perspectiva, logo aparecem outras menos correctas e sempre vesgas ao olhar-se para os clérigos e para cada uma das suas Ordens. O passado e o presente são disso testemunho abundante. É sempre este perigo de se não entenderem correctamente os sinais.

a) Poder e graça

Frequentemente se olha para os que entram nas Ordens como pessoas detentoras de poderes, e estes, muitas vezes, entendidos à maneira dos poderes temporais de que são detentores os governantes dos povos. O equívoco já existiu no pretório de Pilatos!⁹ É tendência entre nós, ocidentais, tudo definirmos pelos critérios de poder. Com frequência, do ministro dos sacramentos se diz que ele tem o poder de

baptizar, absolver, etc. Algumas formas sacramentais podem induzir a tal: "Eu te baptizo..., eu te absolvo...". Alguém chamou já a atenção para o facto de os cristãos do Oriente preferirem falar de graça onde nós pensamos em poder. O ritual da ordenação começa, no entanto, logo por esclarecer: "Pela sagrada ordenação alguns fiéis são instituídos em nome de Cristo e recebem o dom do Espírito Santo para apascentarem a Igreja pela palavra e pela graça de Deus"¹⁰.

Se assim são os princípios, também assim é a prática de que a Igreja se serve na celebração das Ordenações. Estas são, de facto, celebradas, como também todos os Sacramentos, em oração e por meio da oração. Nunca o Bispo ordenante se dirige ao ordinando de modo imperativo no rito essencial da Ordenação; é orando a Deus que invoca para o que está a ser ordenado a graça e o dom do Espírito. Escutemos a fórmula central e essencial de cada uma das Ordens, ela mesma incluída numa solene oração, a Oração de Ordenação:

Na ordenação do Bispo: "Enviai agora sobre este eleito a força que de Vós procede, o Espírito soberano, que destes ao vosso amado Filho Jesus Cristo, e Ele transmitiu aos santos Apóstolos, que fundaram a Igreja por toda a parte, como vosso templo, para glória e perene louvor do vosso nome"¹¹.

Na ordenação do presbítero: "Nós Vos pedimos, Pai todo-poderoso, constituí este vosso servo na dignidade de presbítero; renovai em seu coração o Espírito de santidade; obtenha, ó Deus, o segundo grau da Ordem sacerdotal que de vós procede, e a sua vida seja exemplo para todos"¹².

Na ordenação do diácono: "Enviai sobre ele, Senhor, nós Vos pedimos, o Espírito Santo, que o fortaleça com os sete dons da vossa graça, a fim de exercer com fidelidade o seu ministério"¹³.

É certo que a graça e o dom que para os ordinandos são pedidos os tornam *capazes* de serem sinais e instrumentos da acção de Deus no meio do seu povo, que é a Igreja; mas isso não basta para que se considerem as Ordens eclesásticas como plataformas de poder à maneira dos poderes deste mundo. A oração conclusiva das Ladaínhas da ordenação do presbítero encontrou a expressão exacta para definir o que pretendemos dizer: "Senhor nosso Deus,...derramai sobre este vosso servo...a bênção do Espírito Santo e o poder da graça sacerdotal..."¹⁴.

b) *A Ordem e as Ordens*

Como acima ficou dito, o termo global *Ordem* (*ordo*) que desi-

gnou, desde a origem, o conjunto dos pastores do povo de Deus, designou também logo cada um dos graus de que se compõe a hierarquia sagrada. Isto mesmo é afirmado no rito da ordenação, e não como explicação lateral, mas dentro da própria Oração de Ordenação do diácono: "Senhor,...Vós fazeis crescer e dilatar-se o Corpo de Cristo, que é a vossa Igreja, diversificada nos seus membros e em dons celestes...: é o vosso templo que se edifica. Para assegurar esse crescimento,...estabeleceste o ministério sagrado em três ordens distintas"¹⁵. Esta última expressão: "o vosso templo que se edifica" e "o ministério sagrado em três ordens distintos", organiza e sintetiza a estrutura deste Corpo de Cristo, que é a Igreja, realidade humana e mistério celeste. "Corpo de Cristo" e "novo templo" de Deus, como se exprime o texto latino, a Igreja é *una*, na unidade de um só corpo, porque Corpo de uma só única Cabeça, Cristo, e Corpo *diversificado*, porque, vivendo ainda no espaço e no tempo desta criação, existe necessariamente em estruturas humanas.

Daí, a diversidade das Ordens do ministério sagrado. E recordamos, neste contexto, textos já, em parte, citados: "A Ordem dos Bispos sucede no magistério e no múnus pastoral ao Colégio dos Apóstolos, e, o que é mais, nela continuamente persevera o corpo apostólico"¹⁶. "Os presbíteros têm parte no sacerdócio e missão do Bispo... São cooperadores da Ordem episcopal..., constituem com o Bispo um único presbitério com diversas funções"¹⁷, e são constituídos no "segundo grau da Ordem sacerdotal"¹⁸. "Aos diáconos foram impostas as mãos, não para o sacerdócio, mas para o ministério. Fortalecidos com a graça sacramental, servem o povo de Deus, em união com o Bispo e o seu presbitério, no ministério da liturgia, da palavra e da caridade", diz o Pontifical,¹⁹ citando literalmente a Constituição conciliar *Lumen gentium* (n. 29).

c) *Para a edificação do novo templo de Deus*

A ordenação, que celebra o sacramento da Ordem, confia ao que é ordenado um serviço, um ministério sagrado. Se a palavra Ordem, e cada um dos seus graus ou Ordens, designa determinada categoria de pessoas assumidas de entre o povo cristão, os que são ordenados são—no para servirem à edificação do novo templo de Deus. Não ficam de fora daquele povo a quem servem, nem se lhe contrapõem; antes lhe são dados como pastores, como claramente o exprime o texto atrás citado: "Pela sagrada Ordenação alguns fiéis são instituídos em nome de Cristo e recebem o dom do Espírito Santo para apascentarem a Igreja pela palavra e pela graça de Deus"²⁰. Seja, pois, qual for o grau

da Ordem em que alguém é constituído, ele é sempre um grau, uma ordem, do "ministério sagrado", do serviço no reino de Deus e para o reino de Deus. Honra, se a é, ela provém de que toda a participação no ministério sagrado é participação no ministério do Filho de Deus, que não veio a este mundo para ser servido, mas para servir. Mas, é, de facto, grande honra servir a Deus e ao próximo, sobretudo nos ministérios que o próprio Senhor Jesus Cristo, o Servo de Deus por excelência, a nós confiou.

E este "serviço" a que se destina o sagrado ministério é sempre, em última análise, a edificação do novo templo de Deus, que é a Igreja: "É o vosso templo que se edifica", "Corpo de Cristo a crescer e a dilatar-se", como expressamente diz a Oração de Ordenação do diácono.

A ordenação é, na realidade, momento privilegiado para compreender este crescimento e esta dilatação, e sentir como, de geração em geração, se vai edificando o novo templo de Deus. E é também privilegiado para penetrar no mistério da Igreja, Corpo de Cristo, uno e diversificado, comunidade humana e Igreja de Deus, dom do Espírito Santo e talento confiado a homens para por eles ser administrado em favor dos seus irmãos, "a fim de que a mensagem do Evangelho se propague até aos confins do mundo e as nações, congregadas em Cristo, formem o povo santo de Deus"²¹.

4. O rito da Ordenação

a) *Sentido eclesial*

Tudo na Ordenação manifesta que ela é uma acção eclesial, e não diz respeito apenas ao ordinando. O lugar, o dia escolhido, a comunidade cristã e a sua assembleia celebrante, tudo aparece na Ordenação como sinal do sentido eclesial da mesma.

O *lugar*. "O Bispo, que preside como cabeça a determinada diocese, deve ser ordenado na igreja catedral. Os Bispos auxiliares,...na igreja catedral ou numa igreja importante da diocese"²². A Ordenação dos presbíteros deve ser celebrada "na igreja catedral ou nas igrejas das comunidades de origem de um ou de vários candidatos, ou noutra igreja de maior importância. Se forem de alguma comunidade religiosa, a Ordenação pode realizar-se na igreja da comunidade onde eles vão exercer o seu ministério"²³. O mesmo critério quanto aos diáconos.

O *tempo*. O dia indicado é sempre o domingo ou um dia festivo; em relação à Ordenação do Bispo, acrescenta-se ao dia festivo "princi-

palmente dos Apóstolos". Em qualquer dos casos, exceptuam-se sempre o Tríduo Pascal, a Quarta-Feira de Cinzas, toda a Semana Santa e a Comemoração de Todos os Fiéis Defuntos ²⁴.

A *comunidade*. Já o lugar e o dia de que se falou são claramente significativos da relação que existe entre as Ordenações e a comunidade. Mas insiste-se de maneira mais expressa, tanto no que se refere à preparação como à celebração: "A Ordenação deve celebrar-se dentro da Missa, na qual os fiéis, sobretudo no domingo, participam activamente do mesmo altar a que preside o Bispo rodeado do seu presbitério e dos ministros". Esta Missa deve ser celebrada "segundo o rito da Missa estacional", em que "o Bispo, na qualidade de sumo sacerdote do seu rebanho, celebra a Eucaristia, mormente na igreja catedral, rodeado do seu presbitério e ministros, com a participação plena e activa de todo o povo santo de Deus". "Deste modo, se unem a principal manifestação da Igreja e a celebração das sagradas Ordens com o Sacrifício eucarístico, fonte e ponto culminante de toda a vida cristã" ²⁵.

b) *Estrutura do rito da Ordenação*

"Os elementos essenciais de qualquer Ordenação são a imposição das mãos e a Oração de Ordenação. A oração de bênção e de invocação determina a significação da imposição das mãos" ²⁶. Deste modo, o essencial do rito da Ordenação é simultaneamente simples, claro e solene: um gesto, a imposição das mãos, e a Oração de Ordenação, como nos tempos apostólicos e durante muitos outros posteriores àqueles.

Este rito essencial é *precedido*, em todas as Ordens, de alguns ritos preparatórios, a saber, a apresentação do eleito ou a eleição dos candidatos, a homilia, a promessa dos eleitos e a súplica litânica (la-daínha), e *seguido* dos ritos explicativos, diversos para cada Ordem, através dos quais se indicam os ministérios confiados pela imposição das mãos e a invocação do Espírito Santo. Todos estes ritos são também de grande importância, diz o Pontifical.

Toda a Ordenação, celebrada como é dentro da Missa, é sempre procedida da Liturgia da Palavra, como sempre acontece hoje na celebração de qualquer dos Sacramentos, e seguida da Liturgia Eucarística, ponto culminante de toda a celebração. Os recém-ordenados vão exercendo a sua Ordem na própria celebração em que são ordenados: os Bispos e presbíteros são logo concelebrantes da Eucaristia e os diáconos exercem alguns dos ministérios, substituindo até os que, até aí, estavam em serviço. Mas a maior modificação na nova edição típica do rito das Ordenações é a que atingiu a Oração de Ordenação dos

presbíteros. Na impossibilidade de nos alongarmos agora na análise da mesma oração, deixamos aqui as linhas fundamentais dessa reforma, analisadas por um membro categorizado da Congregação que preparou a nova edição ²⁷.

São quatro as linhas principais do texto na sua nova apresentação.

a) A *primeira* é a que se refere às funções da Ordem presbiteral. O que o texto anterior resumia na fórmula "o ministério da cooperação imediata com os Bispos" e "colaboradores da Ordem episcopal" recebe agora maior concretização referindo o campo da evangelização, da celebração dos Sacramentos e da oração pelo povo, actividades em que o presbítero continua a ser visto em relação ao Bispo, no "segundo grau da Ordem sacerdotal".

b) A *segunda* está na continuação da anterior. "A cooperação do presbítero com o ministério do Bispo não se funda numa concessão deste ao presbítero das suas próprias funções ministeriais, mas numa participação específica e pessoal do sacerdócio de Cristo como Cabeça da Igreja.

c) A *terceira* está em relação com a tipologia do Antigo Testamento, presente na Oração de Ordenação dos presbíteros e também na dos diáconos. Decididamente se diz agora que "os sacrifícios do templo são sombra dos bens futuros", não vão prolongar-se no sacerdócio de Cristo as perspectivas do sacerdócio de Aarão.

d) A *quarta* linha procurou responder a um desejo sentido de ver melhorados três aspectos: a dinâmica trinitária, o contexto eclesiológico e a referência escatológica.

Citámos quase literalmente o referido comentário, embora muito resumidamente. O estudo do texto agora renovado só é possível tendo diante dos olhos esse mesmo texto. Apesar da data da sua edição romana, parece só ter sido posta à venda mais tarde. O texto português está em fase adiantada e só então, quando, estiver publicado, poderá ser convenientemente comentado.

JOSÉ FERREIRA.

Notas

- 1) Sobre este tema vid. A. G. MARTIMORT, *L'Église en prière*, III, p. 154 ss.
- 2) VERGÍLIO, *Buc.* I, 73.
- 3) *De Ordinatione Episcopi, presbyterorum et diaconorum*, editio typica altera, promulgada pela Congregação do Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos em 29.06.1989, Preliminares Gerais, n. 1
- 4) *Ib.* 16.
- 5) HIPPOLYTE, *La Tradition Apostolique*, ed. B. BOTTE, Munster-W, Ashcendorff, 1963, p. 23.
- 6) *Ordenação de Diácono, Presbítero e Bispo*, ed. Comissão Episcopal de Liturgia, 1970.
- 7) *Instituição dos Leitores e dos Acólitos*, ed. Secretariado Nacional de Liturgia, 1973.
- 8) *Decreto de promulgação da nova edição do Pontifical das Ordenações.*
- 9) *Jo*, 19, 10-11).
- 10) *De Ordinatione...*, n. 1; cf. *L. G.*, n. 11.
- 11) *Ib.*, n. 83.
- 12) *Ib.*, n. 131.
- 13) *Ib.*, n. 207.
- 14) *Ib.*, nn. 43, 128 e 156.
- 15) *Ib.*, nn. 207 e 235.
- 16) *Ib.*, n. 12.
- 17) *Ib.*, n. 101.
- 18) *Ib.*, n. 131.
- 19) *Ib.*, n. 5.
- 20) *Ib.*, n. 1.
- 21) *Ib.*, nn. 131, 159 e 285.
- 22) *Ib.*, n. 21.
- 23) *Ib.*, n. 108.
- 24) *Ib.*, nn. 22, 109 e 184.
- 25) *Ib.*, nn. 9, 20, 23, 107, 110, 181 e 185, e *Cer. Bisp.*, n. 119.
- 26) *Ib.*, n. 7.
- 27) P. TENA, in *Notitiae* 283 (1990-2), pp. 128-133.

NB. — Os textos das *orações* vão citados seguindo a tradução portuguesa anterior, dado que ainda não existe outra.

Presidência litúrgica e formação para este ministério

Apelo dos secretários nacionais de pastoral litúrgica da Europa às Conferências Episcopais e a todos os responsáveis pela formação litúrgica

Capítulo I

Urgência da formação litúrgica

1. "Um novo fôlego"

Quando o Papa João Paulo II dizia recentemente, vinte e cinco anos depois da promulgação da Constituição *Sacrosanctum Concilium*, que "a tarefa mais urgente é a formação bíblica e litúrgica do povo de Deus, pastores e fiéis", sublinhava, com o Concílio e falando prioritariamente dos sacerdotes, que "não se pode esperar obter uma participação plena e activa de todo o povo se antes os pastores não se imbuírem plenamente do espírito e da virtude da liturgia" (*Carta Apostólica por ocasião do 25º Aniversário da Constituição sobre a Liturgia*, 1989, n. 15). "Está aí, dizia ele, uma obra de grande fôlego, que deve começar nos seminários e casas de formação e prosseguir ao longo de toda a vida sacerdotal" (*ibid.*).

A nossa experiência e as nossas responsabilidades levam-nos a insistir neste ponto. A preocupação pela formação litúrgica diverge, certamente, dum país para o outro na Europa, e têm-se feito reais esforços neste sentido com resultados muito encorajadores. Têm sido propostos e estão a ser utilizados vários instrumentos de reflexão e de formação. Mas a formação litúrgica fica ainda muito frequentemente aquém das recomendações do Vaticano II.

No que se refere aos Seminários, podemos recordar que a *Instrução* da Congregação para a Educação Católica, de 6 de Janeiro de 1970, indicava que "a sagrada liturgia deve ser considerada, de ora em

diante, como uma das disciplinas principais" (n. 79), situando-se imediatamente após a teologia dogmática?

Dentro desta óptica, convém que o curso de liturgia seja simultaneamente teórico e prático, que estude também da arte da presidência e tenha um número de horas suficiente para os exercícios concretos.

A prática da presidência litúrgica, nomeadamente, sofre ainda de carências graves, e muitos celebrantes, não obstante de resto a sua dignidade e boa vontade, não sabem presidir bem. Foram eles devidamente formados? Não é de recear que lhes falte o "fôlego" necessário para serem a alma da assembleia e da liturgia?

Como acentua o Santo Padre, "parece ter chegado o tempo de re-encontrar o grande fôlego que impeliu a Igreja no momento em que foi preparada, discutida, votada e promulgada a Constituição *Sacrosanctum Concilium* e em que ela conheceu as primeiras providências de aplicação" (*ibid.*, n. 23).

2. Significado deste documento

Como é evidente, um documento nosso só responderá a esse problema se chegar a decisões concretas, designadamente no que diz respeito à importância atribuída à formação litúrgica nos diversos circuitos de formação cristã, ministerial e apostólica. Como secretários de Comissões nacionais de liturgia, temos consciência de que estamos implicados nesta tomada de decisões e é óbvio que o nosso apelo supõe a oferta dos nossos préstimos.

O presente documento foi suscitado por um inquérito que nós realizámos em toda a Europa para preparar esta reunião de 1990 em Bruges. O inquérito tratava explicitamente da "presidência litúrgica", mas punha sobretudo em relevo a urgência duma formação litúrgica de qualidade.

É nosso propósito apresentar aqui algumas reflexões sobre a formação para a presidência litúrgica, suas exigências e espiritualidade. Dirigimo-las aos Bispos das Conferências Episcopais da Europa e a todos os que são responsáveis pela formação litúrgica. Ao pensarmos na presidência exercida pelos presbíteros e pelos diáconos — e também pelos bispos, se nos é permitido —, não ignoramos as funções confiadas aos leigos. João Paulo II pensava neles na sua já citada mensagem: "Esta formação, adaptada à condição que lhes é própria, é indispensável também aos leigos, tanto mais que estes, em muitas regiões, são

chamados a assumir responsabilidades cada vez mais relevantes na comunidade" (n. 15).

3. A presidência litúrgica hoje

a) *A assembleia litúrgica, primeiro sujeito da celebração*

O sujeito principal e primordial de toda a celebração é a assembleia litúrgica, convocada para exercer o seu sacerdócio baptismal na fé e no louvor. Devidamente constituída, a assembleia é o mais importante sinal da presença de Cristo na sua Igreja. "As acções litúrgicas não são acções privadas, mas celebrações da Igreja que é o «sacramento da unidade», povo santo, reunido e ordenado sob a autoridade dos bispos. Estas acções pertencem a todo o Corpo da Igreja..., mas atingem cada um dos seus membros de modo diferente, segundo a diversidade das funções e da participação efectiva" (SC, n. 26).

Segundo o mesmo ensinamento do Concílio Vaticano II, a presença de Cristo na sua Igreja é ainda manifestada pela proclamação da Palavra, pela celebração eucarística e pela presidência ministerial.

O presente documento interessa-se por este sinal particular, mas sem esquecer a prioridade da assembleia.

b) *Presidência por um ministério ordenado*

A função litúrgica da presidência coloca hoje em dia, nos nossos países, diversos problemas que são ao mesmo tempo concretos e teológicos.

Há pessoas que se surpreendem ao verem utilizar na liturgia um vocabulário de tipo presidencial. Contudo, esta maneira de falar é conforme à estrutura da liturgia e à tradição antiga.

Mas é preciso determinar o alcance deste vocabulário, porque a presidência e a animação da assembleia, bem como as acções concretas para assegurar a sua fecundidade, devem inspirar-se na natureza específica da assembleia litúrgica e da celebração, embora não seja desprovido de interesse interrogar, a este propósito, as ciências da comunicação.

O exercício da presidência litúrgica não se fundamenta numa hierarquia de classes e dignidades na santa Igreja, nem tão pouco na aquisição duma habilitação profissional ou na necessidade de repartir funções. Tudo isto tem o seu interesse, mas, se de facto toda a celebração litúrgica pede uma presidência, é porque a assembleia celebrante não pode existir, como tal, senão em nome de Cristo, convocada e

reunida por Ele; ela apoia-se na tradição viva da fé apostólica e católica. É o que se exprime pela presidência.

Isto torna-se claro no caso do ministério episcopal e presbiteral, porque o sacramento da Ordem mandata os bispos e os padres para velarem, *in persona Christi*, pela edificação da Igreja, pela sua reunião e pela celebração dos seus sacramentos e da sua liturgia. Este ministério presidencial manifesta que é mesmo Cristo quem convoca, congrega e anima a sua Igreja.

Mas não se pode interpretar, sem perigo, esta presidência como se ela colocasse aquele que a exerce no exterior da assembleia ou lhe permitisse dominá-la. Encarregados de presidir à oração e ao louvor do Povo de Deus — seu “sacrifício espiritual” — o bispo e os presbíteros só o podem fazer como membros, também eles, do Corpo de Cristo, porque o “sujeito” da acção litúrgica, e em particular da oferta eucarística, é a Igreja, povo dos baptizados consagrado pelo “sacerdócio real dos fiéis”. A IGMR recorda-o (Preâmbulo, n. V), quando se trata de fundamentar a necessária participação dos fiéis na acção eucarística. A presidência e o “sacerdócio ministerial”, que em certos casos esta presidência pressupõe, são sempre um serviço do sacerdócio baptismal dos fiéis.

À celebração litúrgica pertence tornar sensível e eficaz esta riqueza eclesial, particularmente simbolizando-a na relação viva entre a assembleia e o seu presidente. Neste, a assembleia deve reconhecer-se a si própria como sujeito da acção litúrgica; mas, por ele, ela deve também poder reconhecer-se como sendo o Corpo do seu único Senhor, Jesus Cristo.

Entre os ministros ordenados, os diáconos podem ser chamados a presidir a certas celebrações. O *Directório para as celebrações dominicais na ausência do presbítero* (Congregação do Culto Divino, 1988) sugere a este propósito alguns elementos de reflexão.

O diácono preside em virtude da sua ordenação: “ordenado para apascentar o povo de Deus e para o fazer crescer, compete-lhe dirigir a oração, proclamar o Evangelho, fazer a homília e distribuir a Eucaristia” (*ibid.*, n. 29). Isso não impede, porém, que esta presidência seja supletiva, porque a ordenação ao diaconado não tem como fim a presidência, e, de qualquer modo, um diácono não pode presidir ao acto maior da reunião eclesial que é a Eucaristia.

c) *Extensão da função presidencial aos leigos.*

Os leigos são chamados, cada vez mais, a encarregarem-se das

celebrações do Povo de Deus na ausência do presbítero. A que título? Aqui também o Directório, já citado, traz elementos de resposta que se podem estender a outras formas de celebrações litúrgicas.

Assim, qualificando de "assembleia" as celebrações dominicais na ausência do presbítero e precisando que elas são "celebrações da Palavra de Deus" (*ibid.*, n. 20), o Directório afirma que estas celebrações são mesmo reuniões eclesiais e não somente reuniões de devoção. A afinidade com a Liturgia das Horas é significativa, porque, por sua vez, a *Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas* afirma com razão que, "quando são convocados e se reúnem para celebrar a Liturgia das Horas, os fiéis manifestam a Igreja que celebra o mistério de Cristo" (n. 22, citado pelo Directório no n. 33).

Quando se trata de leigos, o Directório não fala de "presidente", mas de "moderador". Este termo é interessante do ponto de vista da compreensão da função, porque corresponde à ideia de conduzir a celebração velando pelo justo equilíbrio dos elementos e das funções de cada um. Certamente, esta noção não implica uma responsabilidade pastoral de conjunto, a qual pertence ao sacerdote, nem forçosamente um ministério com alguma permanência. Neste sentido, pode dizer-se que, em tal caso, o leigo se comporta como um membro entre outros. No entanto, a função que exerce deve manifestar que esta assembleia é verdadeiramente da Igreja.

Na maior parte dos casos, prevê-se que o leigo *moderador* reze as orações e fará os ritos preconizados pelos livros litúrgicos. Ele desempenha, portanto, "uma certa forma de presidência" que se deve inspirar no sentido, no simbolismo e nas leis da liturgia. Esta presidência tem o seu fundamento na delegação recebida para tal efeito, e, mais profundamente, na responsabilidade que é própria de cada baptizado e se radica no "sacerdócio comum dos fiéis", como o afirma João Paulo II na Carta Apostólica já citada: "É preciso dar graças a Deus, pela passagem do seu Espírito na Igreja, que foi a renovação litúrgica...; pelos ministérios realizados por leigos, e pelas responsabilidades por eles assumidas, em razão do sacerdócio comum no qual estão enraizados pelo Baptismo e Confirmação" (n. 12).

A direcção duma assembleia por um leigo pode acontecer, segundo o direito e as disposições episcopais, em casos-limites como nas assembleias dominicais, na celebração dum casamento (c. 1112) ou de funerais, e também, mais habitualmente, na liturgia das horas, em certas

bênçãos, nas vigílias e em diversas celebrações de grupos, como, por exemplo, com crianças e com jovens.

Deve ter-se cuidado, por um lado, em não criar confusões. O leigo *animador* evitará ocupar a cadeira da presidência ou estar de pé junto do altar como o faz o presbítero; substituirá os ritos próprios dos ministros ordenados (saudação e bênção da assembleia) por outros que não impliquem o frente a frente ministerial. O leigo não se dirigirá à assembleia em forma de "vós", mas juntar-se-á a ela usando a forma "nós".

Também é conveniente que a animação de todas as celebrações não seja monopolizada sempre por uma só e mesma pessoa.

Mas, por outro lado, cuidar-se-á que o animador actue de maneira a significar claramente, pela sua atitude e responsabilidade, a dimensão transcendente da assembleia, convocada por Cristo, em comunhão com as outras comunidades da Igreja e, em particular, com a Igreja diocesana.

Serão valorizados e referidos os sinais da presença presidencial do Senhor que são a cruz e o livro da Palavra, como acontece, de resto, com toda a celebração.

Feito este esclarecimento, as observações que se seguem poderão ser aplicadas a todas as formas de presidência e de animação litúrgica. Por uma questão de facilidade, falaremos em geral de "presidência", não obstante o que acaba de ser referido.

Capítulo II

1. O que supõe a presidência

Acolher e coordenar

O presidente duma assembleia não se lhe apresenta como um estranho. Tanto quanto possível, aquele que é chamado a presidir deve acolher os fiéis, saudá-los e confirmá-los no sentimento de que são bem-vindos e reconhecidos na Casa de Deus.

Não o fará sózinho, mas em união com todos os que vão também desempenhar um ministério durante a celebração. E as funções são múltiplas e variadas!

A este propósito, precisamos de determinar a situação do presidente entre os outros ministros da celebração. Presidir não implica que se faça tudo, sózinho, em prejuízo da função dos outros. O primeiro papel dum presidente é estar presente, caucionar e coordenar os minis-

térios e as funções dos outros actores da liturgia. Muitos presidentes não resistem à tentação de monopolizar as funções.

Ao contrário, certos actores esquecem-se de que o seu papel é subordinado e queriam, também eles, ocupar todos os lugares. Assim, por exemplo, é preciso evitar que o "animador", ou o cantor, ou o organista, se comportem como presidentes todo-poderosos!

Estar presente

Em primeiro lugar, o presidente deve estar presente! Isso não implica apenas que ele não tem o direito de se ausentar (mesmo durante a homilia, se ela é confiada a outro...), mas que, pela sua presença, não só activa mas também "interior", atenta e respeitosa, ele dará consciência a todos os participantes de que a celebração, incluindo os seus pormenores, é uma coisa grande e importante. A presença de Cristo é significada à Igreja em oração através da pessoa do presidente.

Abrir e concluir

Pertence ao presidente abrir e concluir os ritos da liturgia, quer na sua totalidade (primeira saudação e bênção final), quer, se há lugar para isso, em cada um dos "conjuntos" que formam esta totalidade (por exemplo, os ritos de entrada, a oração universal, o diálogo que dá início à Oração Eucarística, a monição que convida ao Pai Nosso, etc.). Abrir e concluir. Em numerosos casos, isso basta para garantir a presidência, porque muitos ritos são confiados inteiramente à assembleia ou a outros ministros.

Orar

Fundamentalmente, é o presidente que recita, de modo audível e digno, as orações presidenciais. Estas supõem, evidentemente, a participação da assembleia, mas o seu carácter presidencial mostra que a oração da Igreja ultrapassa os indivíduos e que é mesmo a oração do Corpo de Cristo. O facto de rezar "in medio Ecclesiae" e "in persona Christi" exprimirá sempre o essencial da presidência litúrgica. E isso pressupõe que cada presidente seja não só um homem ou mulher de oração mas também um familiar da oração da Igreja, do seu conteúdo, do seu estilo, da sua razão de ser e da sua execução.

Fazer gestos sacramentais

Finalmente, é o presidente da assembleia litúrgica que, de acordo com as circunstâncias, faz os gestos sacramentais essenciais e constitutivos dos sacramentos.

Preparar a celebração. Preparar-se para ela

Não se dá início a uma celebração e, sobretudo, não se preside, sem se ter para ela conscientemente preparado, tanto mais que todos os rituais prevêem possibilidades de escolha e, acima de tudo, momentos de palavra livre e pessoal. As melhores improvisações são aquelas que se previram cuidadosamente, e será sempre necessário que o presidente tome consciência, com atenção, das dimensões da assembleia, para lhe falar a verdade e actuar com equilíbrio. Dupla preparação portanto a partir duma dupla interrogação: a que assembleia sou chamado a presidir? Quais serão os elementos desta presidência? Isto supõe também preparação interior, da alma e do corpo, do coração e do espírito.

2. Comunicar. Ritualidade e sinais litúrgicos

Comunicar

Não se preside a si mesmo. Há portanto em toda a presidência uma necessidade de comunicação. Precisamos ainda de nos entendermos sobre a natureza desta comunicação, porque ela é específica da liturgia e difere dum acto litúrgico para outro.

O presidente deve perguntar-se sempre a quem fala e em nome de quem fala, para quem e em nome de quem actua. Isso exige muita subtilidade. Assim, uma saudação é dirigida à assembleia em nome do Senhor, e uma oração é dirigida a Deus em nome da assembleia. Não se trata da mesma coisa, o que implica, de cada vez, um tom apropriado, um modo peculiar de olhar e uma sensibilidade gestual.

A propósito das orações presidenciais, a Instrução "Eucharistiae participationem" notava com conhecimento de causa que "convém evitar tanto uma leitura seca e monótona como uma dicção e um comportamento excessivamente subjectivos e dramáticos. A principal preocupação do presidente da celebração deve consistir em ajudar os participantes a tornarem-se uma verdadeira comunidade que celebra". (n. 17).

Uma boa postura

É preciso dizer aqui uma palavra sobre o "à vontade" e a "gravidade" em liturgia. O "à vontade" litúrgico não é despreocupação, porque deve fazer um todo com a dignidade que se impõe quando se celebram os mistérios de Deus, assim como a gravidade em liturgia não é artificial e fria, mas brota da consciência do que está em causa em toda a acção litúrgica, na liberdade do espírito.

Trata-se, com efeito, de estar à vontade numa actuação que é simultaneamente ritual e simbólica. Ora, se a ritualidade supõe a repetição de elementos sempre sucintos e necessariamente conhecidos de tal modo que a assembleia os possa assumir como sinais da sua identidade, o simbólico vem enriquecer esta aparente fixidez abrindo-a para uma dimensão que a ultrapassa e que é, neste caso, a relação com Cristo vivo. Será necessário, portanto, que o celebrante aprenda a fazer gestos litúrgicos e a dizer palavras rituais agindo e falando de tal modo que a assembleia saiba identificar-se cada vez mais profundamente com o seu único Senhor e ser o seu Corpo. Isto é muito diferente da execução material das rubricas.

A verdade dos sinais

Insistimos na verdade dos sinais e das atitudes. A liturgia celebra-se com o corpo, no seio do universo, em harmonia com a criação. Isto é tanto mais importante para o presidente duma celebração quanto é certo que ele está no centro da assembleia como seu ponto de referência. Da sua parte, quaisquer gestos feitos com verdade, dignos e discretos, vindos do interior, dirão muito mais do simbolismo que faz viver a liturgia, do que uma torrente de palavras e de comentários. A beleza e a sobriedade dos lugares, dos objectos, das vestes e, sobretudo, da "matéria" dos sacramentos evocarão muito melhor o mistério da celebração do que muitas explicações que procuram esconder em vão a mediocridade dos sinais.

Isto não significa que o frente a frente entre o presidente e a assembleia não tenha de ser humano e caloroso. A presença simbólica é um modo de ser que supõe tanto uma grande verdade da pessoa como uma profunda dignidade de coração. Tudo está no olhar, que é a alma do corpo, e do ministro da liturgia se espera que lance sobre os seus irmãos e irmãs um olhar que seja reflexo do rosto de Cristo, isto é, da glória de Deus.

Pertence ainda ao presidente gerir e valorizar os tempos de silêncio da assembleia. Alguns estão previstos nos rituais; cuidar-se-á que não sejam nem prolongados indevidamente, nem reduzidos por uma pressa impetuosa. Um presidente atento deve "sentir" o clima de assembleia e, sobretudo, criá-lo conscientemente. Mas a maneira de estar, de se comportar, de falar ou de cantar daqueles que exercem um ministério, pode suscitar um clima de recolhimento, mesmo fora dos momentos de silêncio.

Cantar?

Convirá que o presidente cante (ou “cantile”) as palavras rituais? Se canta em falsete ou francamente mal, não deve cantar. Mas as sensibilidades divergem de uma área cultural a outra, e é preciso ter consciência disso. De resto, as intervenções do presidente não são todas do mesmo nível: o diálogo do prefácio ou a saudação inicial não são o mesmo que o prefácio ou uma oração. A experiência mostra que a resposta da assembleia é mais bem transmitida pelo canto do que pela simples palavra. Assim, se não se canta uma oração, porque se não há-de cantar a conclusão? Mas uma monição, como tal, não é para ser cantada.

3. Espaço e vestes litúrgicas

A sede da presidência

A presença simbólica do presidente da assembleia exprime-se, entre outras coisas, pelo lugar que ocupa. Quanto ao bispo e ao presbítero, a sua sede “deve exprimir a função daquele que preside à assembleia e dirige a sua oração” (IGMR, n. 271).

É importante que as adaptações de espaço litúrgico tenham isso em conta e que a sede da presidência esteja situada onde se possa presidir e que exprima claramente a situação simbólica do presidente, sem ter ares de trono.

É desta sede que o presidente exerce o seu ministério, excepto se for requerido noutro lugar. Será necessário precisar que, se a igreja tiver aparelhagem sonora, o lugar da presidência também deve ter um micro?

De modo geral, os lugares litúrgicos devem ser claramente reservados para a função que lhes é própria e não para outro fim. O lugar da presidência não tem que abrigar uma biblioteca ou um comando electrónico, o altar não é uma mesinha de centro nem uma mesa de conferências, etc.

A veste litúrgica

A veste litúrgica é importante e simboliza sempre, dum ou doutro modo, que nós, os baptizados, “fomos revestidos de Cristo”; ela é sinal de Cristo glorioso.

Se ainda não existe entre nós o costume de revestir duma veste litúrgica, — que é a alva — o conjunto dos intervenientes, contudo a celebração pede para todos uma “veste festiva”, o que não se opõe à sim-

plicidade. No caso da presidência assumida por um leigo, estudar-se-á o que é mais conveniente, de acordo com a sensibilidade cultural: convém ou não presidir em traje civil, usar uma veste simbólica, ou trazer um sinal particular?

A veste do sacerdote celebrante é a estola e, para a Missa, a casula (IGMR, n. 299). Deve pôr-se muito cuidado na escolha destas vestes, dialogar com aqueles que as comercializam. Poderá perguntar-se se é boa solução renunciar com facilidade ao uso da casula, como se observa em diversas regiões. A casula é "o sinal da função presidencial" e "contribui para a beleza da acção litúrgica" (IGMR, n. 97).

Capítulo III

A Celebração Eucarística

As observações feitas ao longo deste capítulo serão aplicadas, mutatis mutandis, às assembleias presididas por um diácono ou animadas por um leigo, desde que contenham elementos estruturais próximos da celebração eucarística.

1. Abertura da Celebração

Da assembleia à presidência

Antes de ocupar o seu lugar na sede da presidência, convém que o celebrante atravesse a assembleia, durante o cântico da entrada, acompanhado pelos outros ministros da celebração e, nomeadamente, pelo diácono que leva solenemente o livro dos Evangelhos. Já se exprime assim a relação complexa da assembleia com o seu presidente.

Este é então convidado a venerar o altar e a cruz. Seria preciso recordar aqui o que diz a IGMR sobre a dignidade do altar e da cruz (cf. nn. 259 e 269-270). Pelos gestos respeitosos desta veneração, o sacerdote manifesta de modo simbólico e sensível de quem recebe o seu ministério, porque o altar representa Cristo.

Saudação e monição

Para abrir a celebração, o sacerdote saúda a assembleia de modo ritual, usando diversas fórmulas à escolha mas sempre cristológicas ou trinitárias. É diferente dum simples "bom dia". A ritualidade da saudação é de ordem simbólica e leva ao sentido da reunião eclesial. É o Senhor que convoca e reúne a sua Igreja.

Para saudar a assembleia, o presidente estende as mãos para ela e, mais adiante, para rezar em seu nome, erguerá as mãos para Deus. Os dois gestos são afins e, durante muito tempo, a rúbrica confundiu-os. Contudo eles são diferentes, mas esta diferença não será marcada por uma falsa grandiosidade. Tais gestos presidenciais só podem apreender-se como verdadeiros se forem fruto simultâneo duma autêntica liberdade corporal e duma íntima convicção de espírito.

O presidente é convidado a prosseguir o acolhimento dirigindo aos seus irmãos e irmãs algumas palavras que os introduzam no mistério da celebração do dia. Uma boa monição de abertura é talvez o melhor teste duma presidência ao mesmo tempo calorosa e digna. Não se trata de resumir -então o que vai seguir-se ou de proferir algumas banalidades vagamente amigas, mas de sugerir o mistério da assembleia, convocada e reunida pelo Senhor. Terão os bispos e os presbíteros aprendido suficientemente a falar como administradores dum mistério que os ultrapassa, e constitui o próprio coração da sua vida?

Ao longo da preparação penitencial e do cântico do Glória, bem como durante o cântico de entrada, o sacerdote presidente também faz parte da assembleia, porque o seu ministério não o dispensa de ser um fiel no meio dos seus irmãos; canta com eles (procurando não os dominar com o uso do micro), recolhe-se com eles, reza primeiramente com eles antes de reunir ("colecta") a sua oração.

A oração de entrada

Finalmente, o presidente conclui os ritos de entrada reunindo a oração de todos numa primeira oração presidencial. Trata-se dum primeiro ponto culminante da acção litúrgica, porque a reunião da Igreja faz-se, antes de tudo, para rezar. A este propósito, é possível que a conclusão da oração ("Por Nosso Senhor Jesus Cristo...") seja ainda mais importante do que o conteúdo desta oração: exprimindo de maneira ritual a mediação de Cristo Senhor, o sacerdote afirma, de algum modo, que preside à oração da Igreja não somente em nome dela, mas primeiramente em nome d'Aquele que é o primeiro a presidir em verdade ao culto que a Igreja presta a Deus. Se não é sacerdote, o presidente da assembleia volta-se para a cruz à oração.

2. A Liturgia da Palavra

Escutar a Palavra

A Igreja não se reúne a si própria, mas é congregada pelo seu

Senhor. É por isso que o primeiro acto litúrgico de qualquer celebração consiste em escutar e meditar a Palavra de Deus. O centro de gravidade da assembleia desloca-se para o lugar da Palavra, que deve ser digno e simbólico (IGMR, n. 272). Quanto ao presidente, é a vez de ele se sentar e escutar. Excepto se não houver diácono para proclamar o Evangelho, o sacerdote não intervirá mais, de modo particular, antes de fazer a homília, que pertence normalmente ao presidente da celebração.

Pelo facto de não fazer nada, será que ele abandona a sua presidência? De modo nenhum, uma vez que, pelo seu escutar atento e respeitoso, pela sua participação no canto do salmo e na aclamação ao Evangelho, ele está a convidar todos aqueles que o vêem prestar atenção à Palavra que é proclamada, a tomar idêntica atitude. A sua presença é aqui mais importante do que tudo aquilo que ele fizesse em prejuízo dos outros ministros, que têm a desempenhar as suas funções de leitor, salmista ou diácono.

A formação bíblica orientada para a liturgia

Insistamos neste ponto porque ele implica um aspecto importante da formação para a presidência. O sacerdote é responsável pela proclamação da Palavra; a sua presidência garante o acto litúrgico da leitura e manifesta que toda a Igreja está submetida ao julgamento da Palavra, ao mesmo tempo que dela é a feliz beneficiária.

Mas conhecerão a Palavra os sacerdotes e aqueles que são chamados a presidir? Tornaram-se como que um só com ela? Não faltam hoje em dia estudos sérios de exegese, mas é preciso fazer tudo para que a formação litúrgica não se fique por aí. A liturgia faz do texto bíblico uma palavra viva: "Quando na Igreja se lêem as Escrituras sagradas, é o próprio Deus que fala ao seu povo, e é Cristo, presente na sua palavra, que anuncia o Evangelho" (IGMR, n. 9). Assim pode ter lugar um diálogo de fé entre Deus vivo e os seus ouvintes. A formação bíblica deve chegar a este diálogo pessoal e comunitário, no qual a Palavra de Deus é sempre fonte de vida, porque só Deus pode levar por diante o diálogo com o seu povo. Dir-se-ia que a primeira responsabilidade do sacerdote é velar por que a Palavra dê forma e edifique cada vez mais o Corpo de Cristo que é a Igreja.

A Homília

Voltamos à homília por nos parecer que muitas delas se perdem em considerações de tipo moral ou social, anedótico e até mesmo polémico, ou porque desvalorizam a Palavra de Deus reduzindo-a a um de-

nominador comum, que seja aceite aos olhos das sabedorias humanas. "A homilia faz parte da acção litúrgica" (*IGMR*, n.9). Por esse facto, deve apresentar-se como verdadeiro acto litúrgico, sinal de atenção a Deus, de louvor e oração, ao serviço da Aliança entre Deus e os homens. A homilia não será nunca uma exposição, qualquer que seja o seu conteúdo. Para isso há outras possibilidades, e é preciso atrever-se a acreditar, deixando à homilia a sua especificidade, que "tudo o mais será dado por acréscimo".

Não se trata de renunciar às aplicações concretas da Palavra mas o que primeiro se espera da homilia é que ela nos faça escutar, em linguagem de hoje, a Palavra do próprio Deus. Acto litúrgico, a homilia é também, por isso mesmo, um acto profético, mas só os verdadeiros profetas deixam que Deus fale.

Será exagero lamentar que tantos celebrantes dediquem tão pouco tempo a preparar a homilia e a meditar assiduamente a Palavra de Deus? Receamos não só o reino da improvisação, mas também o subjectivismo. Talvez seja preciso cada um perguntar a si próprio se não transforma subrepticamente a homilia em tribuna das suas preocupações demasiado pessoais... Mas é igualmente necessário interrogar-se sobre a aptidão dos que fazem a homilia para entrar em comunicação com a assembleia.

3. A liturgia eucarística

Os gestos sacramentais da Eucaristia são os da última Ceia: "Jesus tomou o pão e o cálice, deu graças... partiu o pão... deu o pão e o vinho aos seus discípulos." Os diversos momentos da celebração correspondem a estes gestos fundamentais: preparação da mesa, oração eucarística, fracção do pão, comunhão (*IGMR*, n. 48). O sacerdote preside a cada um destes momentos, mas não do mesmo modo.

a) Preparação do altar

A preparação do altar pertence ao diácono e aos acólitos, mas está relacionada com a assembleia, porque o pão e o vinho são "a oferta do Povo de Deus". É pois, normal que esta oferta seja levada ao altar a partir da assembleia. Quando tudo está pronto é que o presidente vai para o altar e encerra a preparação com as orações e os ritos previstos. Estes não são gestos de oferta mas de preparação dos dons. Notar-se-á que o missal só impõe que se diga em voz alta a oração sobre os dons com a sua introdução. Quanto às outras orações, umas podem ser

proclamadas, se for esse o caso (as duas orações de apresentação do pão e do vinho), outras têm o estatuto de "oração privada" do celebrante e importa respeitar tal estatuto, quanto mais não seja para evitar que a celebração se perca numa sucessão de palavras indiferenciadas.

b) A oração eucarística

A Oração Eucarística constitui a oração presidencial por excelência. Vamos sublinhar alguns dos seus aspectos mais relacionados com a função presidencial.

É uma oração presidencial

Deve por isso ser recitada em voz clara e audível. Se há concelebrantes a intervir conjuntamente, devem fazê-lo "submissa voce", sem encobrir a voz do presidente. As intercessões podem ser confiadas a um ou outro dos concelebrantes, mas não é obrigatório.

O carácter presidencial da Oração Eucarística supõe a participação da assembleia, a sua adesão do princípio ao fim, o canto do *Sanc-tus* e da aclamação da anamnese, por vezes de outras formas de diálogo. Convém, portanto, que o presidente tenha isto em conta e suscite o louvor e a oração dos fiéis pela sua maneira de proclamar e de orar.

É uma oração do princípio ao fim

Toda a Oração Eucarística é dirigida a Deus Pai, mesmo quando o texto "narra" as "mirabilia" (maravilhas) de Deus e particularmente a última Ceia do Senhor. É pela oração que o celebrante pede ao Pai que envie o Espírito Santo para que o pão e o vinho se convertam no Corpo e Sangue de Cristo. A consagração do pão e do vinho também é expressa em forma de oração e dirige-se ao Pai: "Ele Vos deu graças e disse...".

Esta forma de oração constitui um "Memorial". A Igreja está de pé diante de Deus e repete-Lhe as maravilhas da sua graça pedindo-Lhe que prossiga a sua obra. Deve ter-se o cuidado de não transformar as "narrações" da Oração Eucarística em narração dirigida directamente à assembleia ou em imitação; o sacerdote fala a Deus, e a assembleia, como que pontuando a oração com as suas intervenções, é chamada a entrar no dinamismo do Memorial.

É a oração da mesa eucarística

O pão e o vinho estão colocados sobre a mesa do Senhor; a oração consagra-os. Mas a Oração Eucarística não é o momento conveniente para fazer os actos rituais que Cristo fez na sua última refeição a não ser o de "dar graças". Deve haver o cuidado de não trans-

formar em representação mímica os gestos prescritos, uma vez que não é indicado, evidentemente, que se parta o pão no momento da consagração.

c) *Os ritos da comunhão*

A fracção do pão

Entre os ritos e as orações que precedem a comunhão, a fracção do pão tem um estatuto privilegiado, que deriva evidentemente do seu simbolismo: "O gesto da "fracção do pão" — assim era designada a Eucaristia na época apostólica — manifestará de modo mais expressivo a força e o valor de sinal da unidade de todos em um só pão, e da caridade, pelo facto de um só pão ser repartido entre os irmãos." (IGMR, n. 283).

O simbolismo da função presidencial na sua relação com a Ceia de Cristo será mais valorizado se o celebrante tiver tempo para partir o pão para toda a assembleia, enquanto esta canta o cântico da fracção. Trata-se de um grande gesto presidencial, tantas vezes reduzido a dimensões insignificantes. Na celebração da Eucarística evitar-se-á, na medida do possível, dar a comunhão com o Pão guardado no tabernáculo. Esta "sagrada reserva" deve ficar sempre modesta, tendo como primeiro objectivo a comunhão dos doentes.

O canto do *Agnus Dei* é ritual: acompanha o rito da fracção e, eventualmente, da distribuição do pão consagrado aos concelebrantes.

A comunhão

É também na sua qualidade de presidente da assembleia que o celebrante introduz a oração do *Pai Nosso*, deseja a paz do Senhor aos seus irmãos e os convida a participar na "refeição das núpcias do Cordeiro".

A apresentação do Corpo e do Sangue de Cristo a cada fiel que comunga não é propriamente uma função presidencial. Pertence aos diáconos serem os ministrantes do cálice, e outros ministros podem ser associados ao dom da comunhão. Mas é o sacerdote presidente que confia a cada um o pão e o vinho para que exerçam o seu ministério.

4. A conclusão da celebração

Finalmente, pertence ao presidente concluir a celebração com a oração depois da comunhão e com a bênção. Particularmente, se esta for dada em forma solene, convém que seja cantada para que a assembleia possa responder ("Amen") sem hesitação. Pelo contrário, não é

desejável que a bênção seja pronunciada pelo conjunto dos concelebrantes, porque é um acto presidencial que depende de uma só pessoa.

5. Concelebração e acólitos

As concelebrações põem, de resto, uma questão concreta de presidência. A presidência não se partilha e os concelebrantes não têm que invadir a função do celebrante principal. Se a presença de concelebrantes testemunha que o ministério episcopal e presbiteral se situa sempre no interior dum "ordo", a reserva da presidência a um só remete simbolicamente ao único Cristo e Senhor.

Mas também é preciso cuidar que os concelebrantes não cedam à tentação de agir em vez de outros ministros: diácono, leitores, acólitos. Estes não exercem, evidentemente, um ministério supletivo... na ausência dos presbíteros!

A este respeito falemos dos acólitos. O bom desempenho duma presidência litúrgica supõe a ajuda de pessoas competentes, cujo ministério não deve ser desvalorizado. Como pode estar à vontade um presidente se não tem ninguém perto de si para lhe servir aquilo de que precisa? No seu lugar de presidência, como pode ele estender as mãos para a oração se ninguém segurar o livro diante dele? Assim, a função do acólito é importante para o bom desempenho da presidência e deve ser valorizada.

XVII Encontro Nacional

Apesar de se ir tornando habitual, não é fácil explicar por que os Encontros Nacionais de Pastoral Litúrgica têm sido frequentados, de há anos a esta parte, por mais de mil pessoas, provenientes de todas as dióceses de Portugal.

A fama dos conferencistas, a importância dos temas tratados e o interesse pela renovação litúrgica do Vaticano II não explicarão totalmente o impacto desta iniciativa do Secretariado Nacional de Liturgia.

O processo pedagógico destes Encontros dá um grande lugar às celebrações litúrgicas — Laudes, Missa e Vésperas — e prevê a sua devida preparação, quer, a médio prazo, através da publicação prévia de um *guião* exclusivo para cada ano, quer, em cada dia, através dos ensaios que forem necessários. Tem-se dito, e não é demais repeti-lo, que as celebrações litúrgicas destes Encontros procuram ser exemplares e constituem verdadeiras experiências comunitárias da liturgia da Igreja. Observando muitas das celebrações do nosso país e até do estrangeiro, podemos ser levados a pensar que as celebrações litúrgicas, porque colectivas, em geral, são meramente rituais e quase só cerebrais, não conseguindo falar à sensibilidade e ao homem todo.

O exemplo dos nossos Encontros testemunha que a liturgia, quando bem preparada e vivida, é uma celebração da fé e não deixa de fora nenhuma parcela do ser humano, mesmo quando congregado em muitas centenas de pessoas, de idades, sensibilidades e cultura diferenciadas.

A participação dos jovens, que proporcionalmente foi sempre muito grande, nunca deu problemas, antes pelo contrário, à organização e ao critério destes Encontros.

E, depois, os participantes não são sempre os mesmos, mas variam todos os anos. Pelo menos, um quarto das pessoas inscritas aparece pela 1ª vez em cada Encontro, o que constitui uma renovação digna de registo e de muito apreço.

Finalmente, estes Encontros atingem dimensões muito superiores ao número dos participantes. A tiragem dos guíões ultrapassa, de longe, a quantidade dos inscritos. A rádio, além da imprensa diária e regional, faz uma cobertura que merece ser assinalada. A Radiodifusão Portuguesa, por exemplo, de há anos para cá, vem dedicando a cada um

destes Encontros três horas da sua programação. Têm-se gravado e distribuído cassetes com os cânticos para as pessoas interessadas que não lêem música.

A própria Congregação do Culto Divino tem arquivado no seu boletim privativo — *Notitiae* — alguns dos ecos destes Encontros.

Como de costume, o XVII Encontro efectuou-se no Santuário de Fátima, repartindo-se pela Capelinha das Aparições, de manhã, com as Laudes, pela basílica, ao meio dia, com a Missa, e pelo anfiteatro do Centro Paulo VI com as Vésperas à tarde, as Conferências, a apresentação inicial, o sarau, a celebração penitencial e os ensaios.

Foram conferencistas, competentes e atentamente escutados os Padres: Dr. Luís Ribeiro de Oliveira (A formação do Missal Romano), Dr. José de Leão Cordeiro (O Missal Paulo VI), Cón. José Ferreira (A assembleia celebrante no Missal de Paulo VI), Dr. João da Silva Peixoto (O Missal Romano e a sua riqueza eucológica), Dr. Pedro Romano Rocha, S J (As Orações Eucarísticas), Dr. Frei Pedro Ferreira, OCD (O Leccionário do Missal Romano), Cón. Dr. António Ferreira dos Santos (Os Cânticos do Missal de Paulo VI).

Num encontro destes a Música desempenha um papel fundamental. Os directores da assembleia e do pequeno coro, os ensaiadores e organistas assumem aqui grandes responsabilidades.

Foram ensaiadores e directores da assembleia: Cón. Dr. António Ferreira dos Santos, Mons. José Fernandes da Silva, Cón. Dr. António Azevedo e Oliveira e Cón. Carlos Silva. Os ensaios do pequeno coro estiveram a cargo dos Padres Drs. António Júlio Cartageno e Manuel Augusto Frade. Revezaram-se ao órgão: Cón. António Ferreira dos Santos, Mons. José Fernandes da Silva e Dr. António Azevedo Oliveira.

As músicas do guião têm a assinatura dos Padres: António Júlio Cartageno, António Azevedo Oliveira, António Ferreira dos Santos, Carlos Silva, José Fernandes da Silva, Manuel Simões e dos saudosos Manuel Faria e Manuel Luís.

Durante a semana, os participantes foram surpreendidos pela formação deste livro ao longo da história, viram o papel da assembleia na celebração da Missa, estudaram a riqueza das orações do Missal, o tesouro das Preces ou Orações Eucarísticas, a permanente actualidade das leituras bíblicas, e verificaram ainda, de modo concreto, a função insubstituível dos cânticos litúrgicos. Efectivamente, o Missal é um livro que nunca se aprofunda totalmente, porque dele sempre se podem colher velhos e novos ensinamentos.

Durante o Encontro foram devidamente celebrados os jubileus sacerdotais dos Drs. Cónego José Ferreira e Luís Ribeiro de Oliveira que receberam a sua ordenação sacerdotal há 50 e 25 anos, respectivamente.

O sarau do dia 23 foi-lhes totalmente dedicado. Houve brindes proferidos por D. António Francisco Marques, em nome da Comissão Episcopal de Liturgia, por Mons. Luciano Guerra, na sua qualidade de Reitor do Santuário de Fátima, e por Mons. Aníbal Ramos, director do Secretariado Nacional de Liturgia. Não faltou sequer o bolo de aniversário com as velas acesas, nem o vinho do Porto para acompanhar os discursos.

A Irmã Miria Kolling, religiosa do Imaculado Coração de Maria, também participou neste sarau com algumas canções de sua autoria e deu ao sarau um ar brasileiro de alegria, movimento e descontração, que foi bem acolhido e correspondido pelas pessoas presentes que ultrapassaram sensivelmente nessa noite o número de participantes do Encontro.

Constituiu um espectáculo que procurou traduzir a gratidão de todos ao Sr. Cón. José Ferreira pela sua total dedicação à causa da liturgia em Portugal, e teve a envolvê-lo um cenário artístico que muito o enriqueceu e embelezou.

Na sessão de encerramento, o Sr. D. António Francisco Marques, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, que presidiu às celebrações do Encontro alternando com o Sr. D. Joaquim Gonçalves, Vogal da mesma Comissão, proferiu as seguintes palavras:

«Na sua qualidade de Director do Secretariado Nacional de Liturgia, Mons. Aníbal Ramos foi o grande obreiro deste Encontro, como aliás dos anteriores, que, mais uma vez, primou pela cuidadosa e eficiente organização. Para Mons. Aníbal Ramos, que é também Secretário da Comissão Episcopal de Liturgia, vai o justíssimo agradecimento de todos nós.

Realizado neste Santuário de Fátima, o Encontro foi profundamente marcado pelo ambiente mariano próprio deste local abençoado. Tornamo-nos mais sensíveis à Mensagem e mais abertos aos apelos de Nossa Senhora, a primeira a celebrar o Dom feito aos homens em Jesus Cristo. Também Ela foi suavíssima ajuda para a autêntica comunhão eclesial qui vivida nestes dias, tanto nas sábias lições e nos ensaios e convívios como, principalmente, nas celebrações litúrgicas.

A vida do Povo de Deus alimenta-se e manifesta-se na liturgia.

Esta é a voz da Igreja para si mesma e para o mundo em que se situa, de modo especial quando os fiéis, fortalecidos pela Palavra e pela Eucaristia, se tornam mais aptos a dar corajoso e coerente testemunho de quanto celebram. Inseridos na sociedade de cada tempo e lugar, os cristãos mostram e oferecem a todos a Vida que procede de Jesus Cristo e celebram nas acções litúrgicas.

Sendo o Missal fruto da vivência da comunidade cristã, é instrumento necessário na celebração desta Vida e na sua expressão devidamente ordenada. Nascido, na sua organização e estrutura, da experiência de comunidade abertas e fiéis ao Espírito Santo ao longo de anos, o Missal é livro fundamental na oração por excelência da Igreja reunida sob a presidência do próprio Cristo, visível no ministério dos sacerdotes.

Neste XVII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, quisemos reflectir sobre o Missal. Motivou-nos a próxima edição deste livro em língua portuguesa, cujo texto será oficial para Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Dos textos usados no Brasil apenas são coincidentes com a versão portuguesa a fórmula essencial — narração da Ceia —, os diálogos e outras intervenções da assembleia, segundo o acordo conseguido entre as Comissões Episcopais de Liturgia de todos os países lusófonos. Isto mesmo acontece em relação aos outros sacramentos.

Ao longo de anos, usamos traduções provisórias dos textos do Missal. Apenas o Ordinário da Missa tinha aprovação ou confirmação da Santa Sé. Finalmente, dentro de poucos meses e depois de longo tempo de cuidadoso e dedicado trabalho de competentes tradutores e revisores, teremos o tão desejado Missal de altar em língua portuguesa. Aprovado Pelas Conferências Episcopais de Portugal, Angola e São Tomé e de Moçambique e pelos Bispos de Cabo Verde e Guiné-Bissau, o texto foi confirmado pela Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos a 28 de Junho de 1991.

A demora no processo de aprovação ou confirmação, a complexidade das últimas revisões e o justo desejo de uma edição de qualidade, não nos permitiram a alegria de apresentar o Missal durante este Encontro. Pretendemos um livro litúrgico com a perfeição possível em todos os aspectos. De facto, a nobreza da celebração e sua beleza requerem um livro digno não apenas no formato mas também na sua impressão e apresentação gráfica. Ele não é substituível por qualquer revista ou folha ou mesmo por qualquer missal popular. O Missal é para o altar e para o presidente, e outros missais servem para a reflexão pes-

soal ou familiar e de grupos preparando a celebração ou dando-lhe continuidade. Nem mesmo servem para estar nas mãos dos participantes da Missa, a não ser para aqueles que, por deficiência auditiva, necessitam de acompanhar o que se proclama ou reza.

Além de uma revisão esmerada da tradução existente, o Missal vem enriquecido com muitos textos novos ou melhorados. O Ordinário da Missa, por exemplo, apresenta várias hipóteses para o acto penitencial, o chamado Credo dos Apóstolos como alternativa, cerca de 100 Prefácios, outras Orações Eucarísticas e as novas versões ultimamente acordadas entre os países de língua portuguesa, com realce para a fórmula essencial da Eucaristia, a doxologia final e a despedida. Em suma, esta primeira edição completa do Missal de altar em português vem preencher uma gravíssima lacuna de muitos anos.

É evidente que este livro não contém as Leituras, Salmos Responsoriais, etc. que formam o Leccionário. Esta parte do Missal Romano, depois de atenta revisão, agora iniciada, será gradualmente publicada em volumes dignos e aptos ao seu lugar na liturgia.

Constituindo o canto parte necessária e integrante da liturgia e sendo expressão elevada de oração, factor de comunhão, elemento de solenidade e fonte da nobreza e beleza das acções litúrgicas, também o Missal apresenta duas melodias alternativas para os vários textos cantáveis. A este respeito, lembro que, com a perfeição possível, a música litúrgica deve expressar o louvor, a acção de graças e a prece em consonância com o texto respectivo. Só assim motiva a unção espiritual e a mais viva participação da assembleia. Para adequado uso e entendimento de toda a riqueza do Missal e das suas muitas e variadas possibilidades litúrgicas, é indispensável a leitura e o estudo da Instrução Geral. Além de abundante doutrina, encontram-se nela as orientações necessárias à celebração e quanto ajuda a perceber o espírito da reforma litúrgica levada a cabo nos últimos anos, de que o Missal Romano de Paulo VI, nas suas duas edições típicas, é autêntica expressão.

Que a próxima edição do Missal em língua portuguesa constitua eficaz auxílio para celebrações mais vivas, belas e nobres nas nossas Comunidades, e seja "instrumento valioso para testemunhar e estreitar entre todos a mútua unidade".

Que os participantes neste XVII Encontro Nacional de Liturgia, fortalecidos por quanto aqui ouviram e vivamente celebraram, sejam os primeiros a entender o valor litúrgico do livro que, dentro de meses, dará mais dignidade às nossas celebrações.»

Curso de Música Litúrgica para Organistas e Directores de Coros

Conforme anunciámos no último número do Boletim, efectuou-se no Santuário de Fátima o I Curso de Música Litúrgica para Organistas e Directores de Coros.

Este Curso é fruto do ambiente litúrgico que se vai criando no nosso País e, designadamente, do I Encontro Nacional de Coros Litúrgicos efectuados em 1990 no Santuário de Fátima. Inscreveram-se nele cerca de 80 pessoas.

No dia 2 de Setembro, houve uma sessão de abertura sob a presidência do Senhor D. António Francisco Marques, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, que foi ladeado pelos senhores D. Serafim de Sousa Ferreira e Silva, Bispo-Coadjutor de Leiria - Fátima, Mons. Aníbal Ramos, Director do Secretariado Nacional de Liturgia, P. Dr. Pedro Ferreira, OCD, Director do Centro Nacional de Pastoral Litúrgica, e Côn. Dr. António Ferreira dos Santos, Director do Serviço Nacional de Música Sacra.

Na oração, o Senhor D. António Francisco Marques pôs em relevo o ministério da Música na Liturgia e o objectivo deste curso que pretende formar os formadores; afirmou que este Curso constituía um passo em frente na formação litúrgica das assembleias; e formulou o voto de que, ao longo daqueles 15 dias, cada um aproveitasse o mais possível e desse aos outros aquilo de que viessem a precisar. No fim, agradeceu a preciosa colaboração dos Mestres alemães, o empenhamento Serviço Nacional de Música Sacra, o incentivo do Secretariado Nacional de Liturgia, o apoio logístico do Centro Nacional de Pastoral Litúrgica e do Santuário de Fátima, e teve uma palavra de apreço para com o director do Curso, Côn. Dr. Ferreira dos Santos, e o Director do Centro, P. Dr. Pedro Ferreira.

O Senhor D. Serafim Ferreira e Silva congratulou-se com a realização deste Curso e disse palavras de estímulo para os seus professores e alunos.

O P. Dr. Pedro Ferreira ofereceu mais uma vez os serviços do Centro que dirige, acentuou o bom número e a qualificação das pessoas inscritas, e augurou o maior êxito para este Curso de formação de formadores.

O Côn. Dr. António Ferreira dos Santos, depois de saudar as entidades que presidiam àquela sessão, proferiu as palavras que reproduzimos na íntegra:

"O Serviço Nacional de Música Sacra, logo após a sua criação, integrou nos seus objectivos a formação qualificada daqueles que com amor à liturgia e à música exercem nas acções litúrgicas ministérios musicais.

Elegemos, para já, os ministérios do Organista e do Director de Coro pelo facto de os seus benefícios positivos em prol do louvor de Deus e da santificação dos fiéis exigirem uma preparação mais cuidada nas vertentes da técnica musical, da liturgia e da espiritualidade.

Estamos certos de que a realização deste Curso, como projecto do Serviço Nacional de Música Sacra e, de resto, homologado pelo 1º Encontro Nacional de Coros, corresponde a uma exigência da vida da Igreja no nosso tempo. O culto deve ser ressonância da cultura artística, litúrgica e espiritual de cada época, para ser mais profundo, mais cósmico, mais envolvente das pessoas e das assembleias. A abertura das pessoas e das comunidades aos valores do espírito comove e convida mais intensamente o Espírito de Deus para que venha criar o Mundo Novo que Jesus quer. É essa a razão do nosso esforço, enquanto Serviço Nacional; devem ser essas as razões que fundamentam a vossa resposta ao nosso convite.

O Curso durará três anos. As várias cadeiras e actividades que caracterizam um Curso, como este, irão ser distribuídas pelos três anos.

O 1º ano vai ser, certamente, o mais difícil. Ajustar critérios pedagógicos, concertar formações diversas, delinear rumos, encontrar alicerces, tudo isso constituirá para professores e alunos alguma dificuldade. Mas vai valer a pena.

O pequeno regulamento é um tanto severo: estudo diário, controlo de faltas, aulas e actividades, pontualidade e assiduidade, tudo isso pretende garantir um clima de seriedade e de trabalho. O louvor de Deus e a santificação dos fiéis justificam-no. Também vai valer muito a pena.

Nunca esteve longe do nosso horizonte este princípio: o que mais importa é formar formadores. Vós ides ser formadores de centenas, talvez milhares, de rapazes e raparigas, homens e mulheres que se

querem dedicar ao ministério da Música Litúrgica. Trabalhai, pois, durante estes dias, com seriedade, com alegria, com esperança. Ensaiai um estilo novo de fazer música na liturgia. É possível. Sereis compensados superabundantemente.

O terreno favorável à Música Litúrgica tem sido preparado, em Portugal, de há 17 anos para cá. Ficarão assinalados na história da Liturgia, no nosso País, os Encontros Nacionais de Pastoral Litúrgica. Milhares de cristãos de todas as dioceses portuguesas têm vivido experiências de vida litúrgica, que não esquecem e que tentam transmitir às suas paróquias.

Este Curso é inseparável desse movimento notável, que os Encontros Nacionais de Pastoral Litúrgica geraram.

Orgulhamo-nos de ver esta iniciativa do Centro Nacional de Pastoral Litúrgica acarinhada e patrocinada pela Conferência Episcopal Portuguesa, pela Universidade Católica e pela Diocese de Leiria - Fátima, através do Santuário de Nossa Senhora de Fátima. A Igreja tem esperança em vós, e Nossa Senhora, também.

Antes de terminar, não posso deixar de assinalar uma circunstância que devemos considerar importante. A mais antiga e famosa Escola de Música Sacra da Europa — a Escola de Rêgensburgo vai dirigir este Curso. Durante esta semana, temos connosco o Prof. Faulstich que é uma espécie de enciclopédia da Música Sacra. Sob a sua orientação iremos fazer uma introdução à Música de Orgão e à Direcção de Coros. Na próxima semana, teremos connosco o Prof. Hubert Velten e o Prof. Josef Stoiber, do Departamento de Orgão da mesma Escola, que trabalhará com os nossos organistas. Serão mãos longas destes professores o Dr. António Júlio Cartageno, que frequenta o Instituto de Música Sacra de Roma, cuja fundação se deve ao Instituto de Regensburgo; Rosa Amorim, que vem da Escola Superior de Música, de Munique; António Mário, Paulo Antunes e Paulo Abreu, que frequentam o Instituto de Música Sacra de Regensburgo, e Eugénio Amorim, que frequenta o Departamento de Música Sacra de Escola Superior de Música, de Wuzburgo. A todos um agradecimento muito grande, desde já".

No próximo número do Boletim daremos uma notícia mais desenvolvida deste Curso que foi coroado do maior êxito, graças à competência dos professores, ao empenhamento dos alunos e à dedicação de todos os intervenientes.

À descoberta do Missal

O Secretariado Nacional de Liturgia, no XVII Encontro que acaba de realizar em Fátima com a participação de mais mil pessoas provenientes de todas as dioceses do País, centrou a sua reflexão no *Missal de Paulo VI*.

Este Missal veio substituir o de S. Pio V, que fora renovado no Concílio de Trento e se manteve inalterável em latim desde o século XVI até à profunda renovação do Vaticano II no nosso tempo.

Os participantes do Encontro ficaram surpreendidos com a formação deste livro ao longo dos séculos, aprofundaram o papel da assembleia na celebração da Missa e estudaram a riqueza das orações do Missal, o tesouro das Preces Eucarísticas, a variedade e a permanente actualidade das leituras bíblicas e ainda a função insubstituível dos cânticos que acompanham a celebração.

É muito significativo que o Episcopado Francês, em documento recente e oportuno, tenha reafirmado a sua fé comum com base no texto da IV Prece Eucarística da Missa.

O Missal completo abrange o Leccionário e, só por si, constitui uma pequena mas preciosíssima biblioteca.

Por se tratar de um livro fundamental na liturgia e na vida da Igreja, não admira que as suas edições se esgotem em pouco tempo. Mesmo entre nós, apesar de uma conjuntura desfavorável provocada pela revisão do texto português, o Missal deve ser o livro religioso que, depois da Bíblia, tem maiores tiragens e mais se vende.

O grande Mestre da liturgia entre nós que foi Monsenhor Pereira dos Reis, não se cansava de chamar a atenção dos seus alunos e dos seus ouvintes para a importância do Missal e para os inesgotáveis tesouros espirituais que ele contém.

Na busca de um bom livro para auxiliar a meditação, quantas vezes ele nos indicava justamente os textos do Missal, mesmo antes da reforma que o Vaticano II realizou!

Não será o Missal um livro para os fiéis usarem durante a cele-

bração, porque esta se faz agora em português, e as leituras e orações são proclamadas de modo a serem escutadas por toda a assembleia. Mas será um livro para preparem frutuosamente a celebração eucarística e para utilizarem na oração pessoal e comunitária.

Quantas equipas paroquiais não se reúnem semanalmente por esse País fora para meditarem os textos da Missa dominical seguinte e construir, a partir desta meditação comunitária, a celebração mais apropriada ao mistério que se propõe e à comunidade que a vai realizar?

Numa celebração festiva da Missa, o Missal é levado com honras, lido com fé e incensado com veneração, porque nele se contém a Palavra viva de Deus vivo e a norma da celebração da Ceia do Senhor.

Enquanto se não aprofundar o seu conteúdo e se não reconhecer o seu valor incalculável, o Missal continuará a ser *esse desconhecido*, como, em livro corado do maior êxito, Alexis Carrel dizia do *homem*.

Ordenamento das Leituras da Missa

O Secretariado Nacional de Liturgia publicou recentemente, em edição própria, o livro intitulado Ordenamento das Leituras da Missa.

É a tradução portuguesa da introdução à segunda edição típica do Leccionário Dominical, que foi aprovada pelo Papa João Paulo II e promulgada pela Congregação então chamada dos Sacramentos e do Culto Divino, em 1981.

Como escreve o Sr. D. António Francisco Marques na apresentação deste livro, "a sua leitura e estudo contribuirão para se compreender cada vez melhor o espírito que informou a reforma litúrgica das leituras bíblicas da Missa, levada a cabo pelo "Concílio do Vaticano, e para a celebração mais viva da liturgia da palavra".

Consideramos, pela nossa parte, que este livro é texto ideal e indispensável para a formação dos leitores das celebrações litúrgicas, designadamente da Missa.